



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA (IPOL)
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

PEDRO HENRIQUE BARROS DE LIMA

**A FORMAÇÃO DAS ELITES, E SEUS ASPECTOS, NAS SOCIEDADES
HUMANAS – POR QUE SEMPRE HAVERÁ UMA CLASSE
DIRIGENTE E UMA CLASSE DIRIGIDA?
UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A TEORIA DAS ELITES**

Brasília, DF

2014



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA (IPOL)
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

PEDRO HENRIQUE BARROS DE LIMA

**A FORMAÇÃO DAS ELITES, E SEUS ASPECTOS, NAS SOCIEDADES
HUMANAS – POR QUE SEMPRE HAVERÁ UMA CLASSE
DIRIGENTE E UMA CLASSE DIRIGIDA?
UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A TEORIA DAS ELITES**

Monografia apresentada para conclusão de graduação ao curso de Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Nascimento

Brasília, DF

2014

Pedro Henrique Barros de Lima

**A FORMAÇÃO DAS ELITES, E SEUS ASPECTOS, NAS SOCIEDADES HUMANAS
– POR QUE SEMPRE HAVERÁ UMA CLASSE DIRIGENTE E UMA CLASSE
DIRIGIDA?**

UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A TEORIA DAS ELITES

Monografia apresentada, para conclusão de graduação, ao curso de Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Nascimento

Professora revisora: Profa. Dra. Marilde Loiola

Local e data de aprovação:

Brasília, ____ de _____ de 2014.

Prof. Dr. Paulo César Nascimento

Universidade de Brasília

Profa. Dra. Marilde Loiola

Universidade de Brasília

Aos meus pais, pelo incentivo, investimento, apoio e amor incondicionais; aos meus amigos, pelo esparecimento e alívio que sempre proporcionam; ao meu professor orientador e aos professores que fizeram parte de minha trajetória discente, imprescindíveis à minha formação acadêmica.

“A prendre le terme dans la rigueur de l’acception, il n’a jamais existé de véritable démocratie, et il n’en existera jamais. Il est contre l’ordre naturel que le plus grand nombre gouverne et que le petit soit gouverné.”

(Jean-Jacques Rousseau)

*“E como sempre entre eles tem sempre um que manda
sempre em todos...”*

(Mário de Andrade)

RESUMO

A partir da premissa colocada por Gaetano Mosca de que, em toda e qualquer sociedade humana, sempre haverá um grupo dirigente e um grupo dirigido, pretendeu-se com este trabalho revisitar os clássicos formadores da Teoria das Elites – Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels –, bem como seus precursores – Friedrich Nietzsche e José Ortega y Gasset. A Teoria das Elites auxilia a compreensão da existência e das características de grupos de elite nas sociedades, desde as primitivas até as modernas e democráticas. É imprescindível que os grupos e o ser humano sejam analisados quando se trata de Política.

ABSTRACT

From the proposition announced by Gaetano Mosca that, in every and any human society, there will always exist a ruling group and a ruled group, it was intended, with this work, to revisit the classic authors of the Elites Theory – Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca and Robert Michels –, and its precursors as well – Friedrich Nietzsche and José Ortega y Gasset. The Elites Theory seeks to comprehend the existence and the characteristics of the elite groups in the societies, since the primitive ones until the modern and democratic ones. It is indispensable that the groups and the human being are parsed when thinking about Politics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
OS PRECURSORES DO ELITISMO.....	15
José Ortega y Gasset.....	15
Friedrich Nietzsche.....	21
A TEORIA CLÁSSICA DAS ELITES.....	25
Vilfredo Pareto.....	25
Gaetano Mosca.....	30
Robert Michels.....	37
CONCLUSÃO.....	42
Bibliografia.....	48

INTRODUÇÃO

“A formação das elites, e suas características, nas sociedades humanas – por que sempre haverá uma classe dirigente e uma classe dirigida?”

Por meio de uma revisão de literatura acerca da Teoria das Elites, amplamente baseada nos pensamentos de Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels, tendo Friedrich Nietzsche e José Ortega y Gasset como precursores, pretende-se, com esta monografia, destrinchar os escritos desses autores relativos às elites e entender como e porque elas se formam, bem como quais são suas características diferenciadoras dos outros estratos sociais.

Percebe-se que “em todas as sociedades, desde as parcaamente desenvolvidas, que mal atingiram os primórdios da civilização, até as mais avançadas e poderosas, aparecem duas classes de pessoas: uma classe que dirige e outra que é dirigida” (MOSCA, 1966, p. 51). Mesmo em época de expansão democrática, as elites, sejam elas econômicas, políticas ou culturais, não deixam de se formar – seu nascimento é muitas vezes imperceptível: sabe-se que as elites existem e que estão no comando, que são tomadoras de decisões, mas os indivíduos raramente se dão conta do porquê de elas serem o que são. Seriam as elites colocadas em seus postos ou elas ascendem a eles por mérito? E que aspectos um grupo deve ter para ser tomado como elite?

As elites, entendidas de forma simplificada como grupos que lideram, sejam elas políticas, econômicas, ideológicas ou sociais, existem, então, em toda e qualquer sociedade de homens. Como defende Gaetano Mosca, em qualquer dessas sociedades, encontrar-se-ão governantes e governados; uma classe dirigente, elite, minoria organizada, e a classe dirigida, massa.

Para melhor compreender o aparato social e político em que as sociedades humanas organizadas sob um Estado se encontram, e como as elites e massas se encaixam nos contextos, a concepção de Estado trazida por Max Weber se faz bastante útil:

O Estado consiste em uma relação de *dominação* do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência legítima (isto é, da violência considerada como legítima). O Estado só pode existir, portanto, sob condição de que os homens dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores. (WEBER, 2011, p. 57)

Independentemente da forma de governo em que se encontram essas sociedades – monarquia, aristocracia, democracia –, aqui de acordo com a classificação das formas “puras” de Aristóteles, o que se observa é que a dominação e a formação de elites ocorrem em todas

elas, e até mesmo em uma anarquia seria difícil de não se encontrar alguma relação humana calcada em dominação-submissão.

É fácil identificar os meios pelos quais a dominação de uns sobre outros se dá no aparato estatal burocrático da sociedade brasileira, por exemplo, em que a hierarquia de cargos na administração pública bem representa isso. A figura de um presidente traz a ideia do poder que ele exerce sobre uma nação, assim como a imagem de um rei também remete à ideia de poder e autoridade sobre os súditos. Entretanto, as relações de dominação, poder, autoridade, influência que indivíduos exercem sobre outros indivíduos não acontecem somente no meio legitimado da política, não são necessariamente institucionalizadas, através de cargos e competências; influência, autoridade, poder, dominação ocorrem também nas relações mais íntimas e subjetivas entre os seres humanos, e muitas vezes nem são percebidas como tais. Tentar entender como os indivíduos se deixam dominar, como nascem essas classes dirigentes e conseqüentemente as classes dirigidas, assim, é um dos propósitos deste trabalho. Para tanto, fazem-se necessárias algumas conceituações, a seguir, importantes para a compreensão do tema das elites no âmbito político.

Max Weber coloca que existem, em princípio, três razões que justificam e legitimam a dominação. São elas o “poder tradicional”, ancorado em um “passado eterno”, isto é, dos “costumes santificados pela validez imemorial e pelo hábito, enraizado nos homens, de respeitá-los”; o “poder carismático”, “exercido pelo profeta ou – no domínio político – pelo dirigente guerreiro eleito, pelo soberano escolhido através de plebiscito, pelo grande demagogo ou pelo dirigente de um partido político”; e por fim o “poder racional-legal”, que existe “em razão da crença na validez de um estatuto legal e de uma competência positiva, fundada em regras racionalmente estabelecidas ou, em outros termos, a autoridade fundada na obediência, que reconhece obrigações conformes ao estatuto estabelecido” (WEBER, 2011, p. 57-58). É este último poder que observamos cotidianamente na máquina do Estado, a que o servidor público tem de obedecer, ou exercer. É indispensável, todavia, reconhecer que a obediência não ocorre unicamente devido a esses fatores, visto que o ser humano é frágil e dotado de paixões que muitas vezes não lhes governam os sentidos de forma sensata, equilibrada e racional. É aqui que entram os sentimentos e as percepções que os indivíduos têm de mundo perante seus semelhantes e seus ditos superiores. A obediência é condicionada, em bastantes casos, pelo medo ou pela esperança, seja pelo medo de uma punição ou pela esperança de posterior recompensa, segundo Weber. Da mesma forma, tanto dominação quanto obediência podem ser condicionadas por outros fatores e interesses de quaisquer ordens. Weber explica que o fato é

que, do ponto de vista da legitimidade, essas três formas de poder é que são reconhecidas como “legais” no mundo moderno.

Dominação e poder estão intimamente ligados. Para Weber, “poder significa toda probabilidade de impor a vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (Id., 1991, p.33). Poder pode ser compreendido em três esferas a partir da desigualdade de recursos: poder resultante de aplicação de força física (se interpretado como violência, não seria poder para Hannah Arendt) – poder físico; poder devido à posse de bens materiais - poder econômico; e poder devido a saberes (intelectuais, simbólicos, espirituais, artísticos) – poder de conhecimento. Assim, os indivíduos exercem poder uns sobre os outros de diversas maneiras e em diversas ocasiões, entendendo-se como a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos desejados ou de fazer valer a própria vontade sobre os outros, como observaria Voltaire. Menos que essa capacidade de exercer influência devido à força física ou à situação econômica mais abastada ou à situação intelectual mais favorecida, o poder pode se manifestar simplesmente por imposição, como racionaliza Weber. Tal poder coercitivo bem se verifica de forma clara em ditaduras e mesmo em nossa sociedade democrática, através da repressão da polícia, por exemplo, ou de forma velada nas mais diferentes situações, não sendo necessariamente praticado por alguém, mas por algo – as construções fortificadas com grades e cercas também são coercitivas. Enfim, é extremamente tênue a linha que separa o dominante do dominado, bem como são, às vezes, ineficazes os motivos pelos quais ocorre a dominação, assim como os meios em que se dá.

A conceituação de autoridade, de que já se falou, também se faz importante para a compreensão das causas da dominação. Se poder é a capacidade, ou possibilidade, de produzir efeitos desejados, de fazer valer a própria vontade, autoridade é o reconhecimento dessa competência. É a crença de que a capacidade do outro traz algum benefício para a sua vida, seja esse benefício não exatamente um benefício, mas ao menos ausência de malefício, como o não recebimento de uma punição ou represália – o medo como motivo de obediência do ser humano. Autoridade, portanto, confere direito de ocupar posição superior, pressupõe uma distância, uma verticalidade em relação a outrem.

Se é a partir de uma desigualdade de recursos (físicos, materiais, intelectuais...) que o poder nasce de um sobre o outro, dando origem à divisão da sociedade entre classe dirigente e classe dirigida, seriam essas desigualdades e, portanto, a dominação, naturais? Karl Marx e Friedrich Engels, no Manifesto do Partido Comunista, publicado em 1848, afirmam que as desigualdades não são naturais, mas sim socialmente construídas. A partir de sua teoria da estratificação social, assumem que as sociedades não são homogêneas e que são

hierarquicamente ordenadas, mas que nada disso é natural. Os tipos de estratificação social são vários: castas (em que o nascimento define o lugar social em que o indivíduo se encontra), estamentos (também se dão por nascimento, mérito ou casamento); grupos de status (reconhecimento de talentos); e, finalmente, as classes sociais, definidas a partir de critérios econômicos, onde há maior mobilidade para os indivíduos. Classes sociais, segundo Marx, são elites econômicas, mas não necessariamente elites políticas, como ocorre no Brasil.

É a partir desse entendimento das classes sociais como um processo histórico, o qual cabe saber ser superado pelo proletariado através da luta de classes, quando então poderia ascender à classe dirigente, que Marx se contrapõe à sociologia, mesmo marxista, do século XIX, entendendo as classes sociais como a estrutura de uma sociedade, como posições que os indivíduos ocupam, não devido a um processo histórico, mas por assim o serem.

Entre 1896 e 1916, devido ao “reconhecimento da influência das minorias na condução dos negócios sociais e políticos” (BALÃO, 1997, p. 82), foi-se impondo no universo da Ciência Política a Teoria das Elites, a partir dos trabalhos de Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels. A partir de então, o pensamento de vertentes anti-socialistas provocados pela explosão do movimento operário, começou a ser creditado, dando origem a uma nova vertente de estudos, apesar de polêmica, calcada na antítese elite *versus* massa. Anos mais tarde, a Teoria das Elites viria a ser renovada nos Estados Unidos por autores como Harold Lasswell e Charles Wright Mills, ganhando amplo reconhecimento na Ciência Política contemporânea e sendo qualificada como realista.

Robert Michels, claramente opondo-se a Marx, afirma que:

Os chefes existiram em todas as épocas, em todas as fases do desenvolvimento, em todos os ramos da atividade humana. É bem verdade que certos militantes, sobretudo entre os marxistas ortodoxos do socialismo alemão, procuram nos persuadir, atualmente, que o socialismo não tem chefes, no máximo empregados, porque é um partido democrático e que a existência de chefes é incompatível com a democracia. Mas uma tal asserção, contrária à verdade, nada pode contra uma lei sociológica. Ela tem, ao contrário, efeito de fortificar o domínio dos chefes, escondendo das massas um perigo que realmente ameaça a democracia. (MICHELS, 1982, p. 23)

É por declarações como essa que a Teoria das Elites consolidou-se como polêmica e reversa à igualdade social, principalmente no contexto em que nasceu e foi desenvolvida, pós-revolução industrial e com as desigualdades crescentes cada vez mais no mundo moderno. Entretanto, os precursores da Teoria, Nietzsche e Ortega y Gasset, foram ainda mais hostilizados devido a suas correntes de pensamento, mais distoantes ainda do que agrada ao senso comum.

José Ortega y Gasset dividia a sociedade não em estratos sociais, mas em classes de indivíduos, já que seu foco recaía sobre estes e não sobre os grupos. Segundo sua divisão, existem classes de homens, não classes sociais, e a elite é formada por uma minoria excelente de seletos, ao passo que a massa é formada por indivíduos sem qualificação, por pessoas de mentalidade mediana. Essa perspectiva elitista coloca a minoria que ocupa o vértice da pirâmide social em posição de superioridade legítima, pois para Ortega y Gasset, os indivíduos que se sobressaem aos outros devido ao seu intelecto, às suas aspirações, são realmente diferenciados daqueles que não buscam responsabilidades e deveres e não têm esperanças de melhorias de vida. A massa, obviamente, para ele, não tem a menor condição de governar. Friedrich Nietzsche parte, também, de um ponto de vista perspectivista e singularizador do indivíduo, assumindo que existe uma divisão natural entre os seres humanos em fortes e fracos, entre aqueles que têm uma moral de senhor e aqueles que têm uma moral de escravo, resultando assim em dirigentes e dirigidos.

A Teoria das Elites é formada por um universo de pensadores que ajudaram a dar forma ao pensamento e que instituíram de fato o que vem a ser a Teoria. As contribuições perpassam bastantes correntes ideológicas e constituem um dos campos mais importantes da Ciência Política, ao qual críticas são postas, auxiliando no desenvolvimento de novas teorias e novas correntes de pensamento, às vezes totalmente diversas daquilo que propõe a Teoria. E assim se constroi o conhecimento.

Esta monografia tem como objetivo, desta forma, revisitar os clássicos formadores da Teoria das Elites e seus precursores para o melhor entendimento da existência de grupos dirigentes e grupos dirigidos nas sociedades humanas.

OS PRECURSORES DO ELITISMO

JOSÉ ORTEGA Y GASSET

José Ortega y Gasset (1883-1955), filósofo espanhol, é considerado um dos precursores da Teoria das Elites devido a seus escritos acerca da sociedade como dividida, e por eles constituída, em dois segmentos: minoria e massa. “O homem é o homem e sua circunstância” é uma de suas máximas que bem representa seu pensamento. A partir de uma abordagem perspectivista, Ortega y Gasset singulariza os indivíduos, dando enfoque em seus estudos a eles, e não aos grupos, como prioriza a sociologia. Não divide a sociedade em estratos sociais, mas em classes de indivíduos. É importante entender Ortega y Gasset em seu contexto, ou sua circunstância, como ele preferiria: não só em uma Espanha politicamente em crise (*A Rebelião das Massas* foi escrito anos antes da deflagração da Guerra Civil Espanhola), mas em uma Europa em tempos de guerra, revoluções e transformações, no final do séc. XIX e primeira metade do séc. XX, que surtiam efeitos por todo o continente e pelo mundo. A Europa assistia à transição da *belle époque*, marcada pelo individualismo burguês, para a ascensão das classes médias, com as cidades e o movimento urbano ganhando cada vez mais espaço e força através da modernização.

Propondo uma filosofia baseada no que chamava de “razão vital”, Ortega y Gasset explicava que a racionalidade deveria ser entendida como função da vida, não podendo ser separada das condições física, psicológica e social do indivíduo. Cada ser humano é também uma circunstância específica e a realidade só pode ser apreendida de uma determinada perspectiva. A verdade não é relativa, mas a realidade, sim. Com isso, quer dizer que as faculdades intelectuais do ser humano não são determinantes para que ele chegue ao ponto em que deseja chegar (se é que deseja chegar a algum ponto), tudo que o cerca é também fator que influencia seu trajeto, desde o nível micro, como seu próprio corpo, ao nível macro, o contexto histórico em que está inserido. Não obstante, existe dentro de cada um uma vocação, um talento, uma inclinação para determinado campo no mundo e cabe ao ser humano escutar essa voz interior que tem toda a possibilidade de guiá-lo no caminho certo ao desenvolvimento que tem a possibilidade de atingir. É em seu íntimo que há a essência capaz de lhe imprimir o rumo da existência. Assim, disposição pessoal, talento e circunstância são os fatores que formam e transformam o homem.

Esse individualismo racional que marca a filosofia de Ortega y Gasset é fruto de seu pensamento convicto de que tudo está em mudança e transformação, assim como o homem

e suas circunstâncias, o que nos convida a revisitar, na filosofia clássica, Heráclito: “ninguém entra em um mesmo rio uma segunda vez, pois quando isso acontece, já não se é o mesmo, assim como as águas, que já serão outras”.

Apesar da vocação existente em cada homem lhe mostrar o caminho a seguir, Ortega y Gasset, mais uma vez singularizando o indivíduo, coloca que o livre arbítrio é o ponto de partida. A possibilidade de criar a própria história, refutando um determinismo social, histórico, ou seja lá qual for, é o que move o indivíduo na busca de seus objetivos. E é exatamente aqui onde está inserido o cerne de uma das maiores questões de seu pensamento: nem todos os indivíduos buscam, almejam tornarem-se excelentes e aprimorados em alguma coisa, pelo contrário, somente uma minoria pode ser classificada como parte desse grupo. É dessa forma que Ortega y Gasset define a sociedade, constituída de uma minoria excelente de seletos, do qual fazem parte as pessoas especialmente qualificadas, e de indivíduos de massa, que é o conjunto de pessoas não especialmente qualificadas. O que não se pode confundir com classes superiores e inferiores.

E é indubitável que a divisão mais radical que cabe fazer na humanidade, é esta em duas classes de criaturas: as que exigem muito de si e acumulam sobre si mesmas dificuldades e deveres, e as que não exigem de si nada especial, mas que para elas viver é ser em cada instante o que já são, em esforço de perfeição em si mesmas, boias que vão à deriva. (ORTEGA Y GASSET, 1962, p. 64)

Ortega y Gasset começa *A Rebelião das Massas* constatando um fato que considera o mais importante na vida pública europeia daquele tempo: o advento das massas ao poderio social. Com as massas ocupando o lugar que não lhes é conferido, a Europa estaria sofrendo da maior crise que povos, nações e culturas poderiam padecer, e a esse mal dá-se o nome de rebelião das massas. De repente, as salas de cinema estavam lotadas, assim como os cafés. Os viajantes transbordando os trens, os passeios cheios de transeuntes. As cidades começaram a ficar lotadas de pessoas por toda parte e o que antes não era um problema, passou a ser: encontrar lugar. É certo que o cinema tem um determinado número de cadeiras e espera-se que elas sejam ocupadas, que as mesas dos cafés também tenham clientes a elas sentados e que os trens comportem os passageiros a que estão destinados. O que ocorre é que todos os lugares estão cheios não por estarem comportando uma quantidade de pessoas suficiente para ocupá-los; os espaços estão lotados porque a lotação está transbordando e passando de seu limite. O horror que experimenta Ortega y Gasset refere-se aos teatros abarrotados pela massa que vai assistir aos espetáculos que estão fazendo sucesso na época para igualarem-se aos demais, para

“irem também”, pois este é o desejo do homem mediano: ser igual. Uma peça mais culta e não tão comentada não tem a sala de teatro lotada de pessoas, pois ser diferente não interessa. E o filósofo observa que o número de pessoas nas cidades não aumentou absurdamente de uma hora para outra a ponto de não haver mais lugares para quem realmente deseja aproveitar os espaços em que se encontram, pelo contrário, coloca que depois da Grande Guerra o número de pessoas deveria até ser menor. A aglomeração não era frequente, mas passou a ser quando os indivíduos que integram estas multidões passaram a ser identificados como multidão, e antes não o eram, pois não se comportavam de tal forma. O que existiam eram grupos repartidos pelo mundo, isolados, levando vidas distantes, antes de quererem tornarem-se todos iguais entre si e juntos nos mesmos lugares.

E então veio o mal de que padecem as sociedades: a ocupação das massas não restringiu-se às atividades ligadas aos prazeres; a massa invadiu a política e agora vivemos, segundo o pensador, sob o brutal império político das massas. Esse repúdio tão grande às massas chegando aos postos políticos é devido a Ortega y Gasset considerá-las incapazes de exercer tamanha função complexa e delicada, já que não se esforçam e não buscam perfeição naquilo que fazem, visto que estão ocupadas em igualarem-se na mediocridade. O homem-massa não pensa na coletividade, no bem comum de uma sociedade; ele, fadado pelo seu intelecto acomodado e sem vistas ao progresso, pensa unicamente em saciar suas necessidades básicas e imediatas. A mentalidade mediana e sem qualificação da massa a impede de avançar, e mais: ela não tem nem a pretensão de avançar. O mundo político ocupado pela massa é, dessa forma, o ordinário elevado ao status de grande. “O característico do momento é que a alma vulgar, sabendo-se vulgar, tem o denodo de afirmar o direito de vulgaridade e o impõe por toda a parte.” (ORTEGA Y GASSET, 1962, p. 67). O que é alto, elevado, atividade superior característica dos esclarecidos, acaba tomado pelo indivíduo sem conhecimento, sem especial qualificação para tal. A esse fenômeno de “invasão” da massa ao campo político, atuando sem lei, por meio de pressões materiais, impondo suas aspirações e seus gostos, Ortega y Gasset chama de hiperdemocracia, que vai no sentido oposto da democracia como ele compreende: a massa entendendo-se incapaz e cansada da política, encarregando pessoas especiais a seu exercício, que as representariam. É nesse sentido que Ortega y Gasset propõe um governo organizado em moldes aristocráticos, com a minoria esclarecida no vértice da pirâmide política.

Fazendo-se uma breve comparação com Weber, pode-se traçar um paralelo comum sobre a vocação, na medida em que este autor defendia que “há três qualidades determinantes do homem político: paixão, sentimento de responsabilidade e senso de proporção.” (WEBER, 2011, p. 106). Segundo Weber, a política é uma vocação, e deve exercê-la o homem que tem

paixão e talento para ela. Paixão aqui possibilita que a devoção apaixonada por uma causa predispõe o homem a lutar por ela. Todavia, a paixão deve ser acompanhada do senso de responsabilidade e de proporção nos atos, mantendo “à distância os homens e as coisas” (Ibid., p. 106). Distância essa necessária porque o homem que vive “para a política”, primeiro de tudo, deve ser economicamente independente dela, se não já estaria vivendo “da política”. Essa independência financeira evita que o homem se corrompa e aja de forma a atender seus interesses privados, o que também defende Ortega y Gasset: a minoria que detém o poder político precisa ser qualificada e esclarecida, não necessariamente pertencente a uma classe econômica de alta renda. Weber coloca que o homem da política não deve nunca cometer o pecado de não defender causa alguma. O indivíduo da minoria de Ortega y Gasset é justo este: o que busca responsabilidades e deveres, autoexigente e meritocrático.

É imperativo que se desatrole o conceito de elite, de minoria, do conceito de classe economicamente favorecida. A minoria de que se trata aqui refere-se ao grupo seletivo de indivíduos que detêm conhecimento e qualificação. Esclarecendo-se o que representam exatamente as massas para Ortega y Gasset:

Não se entenda, pois, por massas só nem principalmente “as massas operária”. Massa é o “homem médio”. Deste modo, se converte o que era meramente quantidade – a multidão – numa determinação qualitativa: é a qualidade comum, é o monstro social, é o homem enquanto não se diferencia de outros homens, mas que repete em si um tipo genérico. (ORTEGA Y GASSET, 1962, p. 62)

Não uma subjugação social de classes desfavorecidas economicamente, mas uma constatação do maior segmento da sociedade que é desqualificado especialmente e que não se move em prol do aperfeiçoamento. O indivíduo de massa se sente bem em se diluir na multidão. Não quer se destacar e não se incomoda com a própria incapacidade. Essas pessoas são encontradas nos mais diferentes níveis escolares, não sendo restritas, portanto, àquelas que não frequentaram uma educação tradicional e formal; são identificadas nos diversos estratos sociais, mesmo na aristocracia e entre pessoas cujo conhecimento e educação são elevados – um especialista pode ser massa se estiver numa condição acomodada na qual não se diferencia dos demais. “Massa é todo aquele que não valoriza a si mesmo por razões especiais, mas que se sente como todo o mundo, e, entretanto, não se angustia, sente-se à vontade ao sentir-se idêntico aos demais.” (ORTEGA Y GASSET, 1962, p.63).

É essa característica de medíocre igualdade em todos que preocupa Ortega y Gasset, sendo um entrave para a renovação cultural, social e política. A homogeneização de

mentalidade que a massa traz ao ocupar todos os espaços que antes eram destinados a uma minoria acaba por sublevar estes àqueles, na medida em que “a massa atropela tudo que é diferente, egrégio, individual, qualificado e seletivo” (Ibid., p. 67). A expressão “todo o mundo” deixou de se referir ao universo de pessoas constituintes de uma sociedade, com a massa e a minoria inclusas. “Todo o mundo” passou a ser unicamente a massa, com outro sentido, não de coletividade em que indivíduos diversos estão agrupados, mas significando uma coletividade enraizada na igualdade ordinária que faz dos homens menos do que eles são. E esse novo “todo o mundo” está subvertendo a sociedade, transformando tudo, também, em igual.

A democracia ganhou status de ideal e esse ideal veio a ser realidade e é nisto em que reside a falácia: “quando algo que foi ideal se faz ingrediente da realidade, inexoravelmente deixa de ser ideal” (Ibid., p. 74). Ortega y Gasset explica que a sociedade é aristocrática; não o Estado, mas a sociedade, inexoravelmente, em sua origem. Se é sociedade, é aristocrática por definição, e se deixa de ser aristocrática, deixa antes, também, de ser sociedade. A democracia elevou o nível médio a um patamar superior; os direitos do homem tiraram as almas humanas de sua interna servidão. O homem médio já se sente senhor. O filósofo observa que agora não se reclame do acontecido, pois não era isso que se queria? Transformar o homem médio em senhor? Então que as consequências sejam arcadas e que não se estranhe o homem da massa atuando de forma rebelde e contestante. Sendo assim, esta é a vertente favorável do triunfo das massas.

Diz-se que a massa na política implantou uma nova moral, contrária àquela que existia, mas o autor rebate que não, antes fosse isso o que tivesse acontecido; o homem-massa não se guia por moral e nem cria uma nova moral porque não tem condições e nem pensa em fazê-lo. O contrário de moral é imoral e não é nem desse contrário que o indivíduo de massa vive – ele vive de acordo com o que já é, sem querer ser mais nada. Não há, então, moral no governo da massa. Ademais, o diagrama psicológico do homem-massa é composto de dois fatores: livre expansão dos desejos vitais e radical ingratidão a tudo quanto tornou possível a facilidade de sua existência. O homem da massa não compreende que tudo o que existe e de que ele necessita para sobreviver é fruto da invenção, da excelência, da qualificação de alguém que o criou. Ele vai vivendo sem se dar conta de que tudo que o rodeia existe graças a alguém e não se sente grato em nenhum momento, como se tudo fosse natural como o ar que respiramos, pelo qual não temos de agradecer a ninguém. E vive satisfazendo suas necessidades e seus prazeres, sem ordenamento e sem, novamente, moral que o direcione. “O homem massa está ainda vivendo precisamente do que nega e outros construíram ou acumularam.” (Ibid., p. 262).

Ortega y Gasset conclui, então, que a Europa de seu tempo está sem moral, pois está governada por aqueles que não se sujeitam à moral, à lei, a ordem alguma.

FRIEDRICH NIETZSCHE

Friedrich Nietzsche (1844-1900) desenvolve o eixo de sua filosofia a partir de uma ótica perspectivista, assim como faz Ortega y Gasset, atribuindo importância ao indivíduo no rumo dos acontecimentos, mas aos seus moldes. Nietzsche despreza toda e qualquer verdade universalmente estabelecida, argumentando que não existe verdade absoluta, tampouco uma racionalidade na qual o homem pode buscar ajuda para a tomada de decisões: o mundo é constituído de desordem e de irracionalidade. O que se chama de racionalidade, de moral, são máscaras socialmente construídas e instituídas para esconder uma realidade inquietante e desconfortável. É preciso transcender esses valores e essa moral preestabelecida para se tornar um homem além de si mesmo, evoluído, e diferente dos demais. Nesse trajeto, a arte exerce importante papel na desmistificação dos sentimentos do ser humano, pois lhe dá a possibilidade de expressão e catarse. Somente a arte salva o homem, embelezando a vida.

Nietzsche causa estranhamento e até repúdio, já que foge dos moldes da moral instituída, desmascarando preconceitos e ilusões. A filosofia “a marteladas” de Nietzsche, através de aforismas – a forma textual de que se utilizava -, criticava tudo e todos: a moralidade cristã, os grandes equívocos da filosofia, a adoração da razão, a crença num mundo real que existiria além do mundo aparente, as ideias modernas e seus representantes – a quem chamava de ídolos. Ídolos esses pautados em discursos cada vez mais repressores das qualidades humanas mais elevadas, onde se encontram os instintos e os sentimentos; a massa, entretanto, abarrotada de homens fracos, se deixam levar pelas correntes modernas e racionais, pelas palavras dos ídolos e passam a se afundar cada vez mais na normalidade. O homem iguala-se aos outros na mediocridade quando tenta reivindicar para si os critérios de racionalidade e de moralidade que se apresentam como ideais, reprimindo os instintos. “Moral: dizer não a tudo o que crê nos sentidos, a todo o resto da humanidade: tudo isso é ‘povo’”(NIETZSCHE, 2006, p. 25). Sucumbir é ser povo, e a culpa não é somente de quem sucumbe, mas principalmente de quem instaura e propaga todos os ideais morais e cristãos de que a Europa estava cheia.

Percebe-se o caráter elitista de Nietzsche, que acreditava na existência de ‘nobres’ e ‘desprezíveis’ decorrentes de uma divisão natural dos seres humanos em ‘fortes’ e ‘fracos’. Por ‘desprezíveis’, ‘fracos’, entende-se o povo, a massa, igual na mediocridade, como animais de rebanho. O que determina se os homens se tornarão dominantes ou dominados, são as atitudes que terão durante a vida. Os dominantes, nobres, são os que “sabem honrar”, que têm sentimentos de prosperidade, potência, felicidade, em si mesmos. Os dominados, desprezíveis, medíocres, estão estagnados em sua mesmice e simplesmente seguem o fluxo, sem aspirar a

nada. Essa característica de passividade é acentuada pelo caráter degenerativo da religião. Para o filósofo, as religiões causam a involução da espécie humana por pregar o sofrimento em um mundo que já é desagradável e caótico por si só. Assim, o cristianismo e o budismo são por ele apresentados como as duas religiões da decadência.

O cristianismo coloca “o mundo verdadeiro, inalcançável, indemonstrável, impossível de ser prometido, mas, já enquanto pensamento, um consolo, uma obrigação, um imperativo” (Ibid., p. 31) como aquilo que o fiel tem de buscar. Nietzsche escreve que nem a realidade em que se vive pode ser apreendida e decodificada em critérios racionais, quiçá prometer-se o mundo absurdo que a moral cristã promete, à qual sucumbe o rebanho inocente, crédulo e estúpido que é a humanidade. Segundo ele, o *ethos* da religião cristã permite que fracos dominem os fortes: suaviza a angústia dos medíocres pela ideia de igualdade perante Deus. E essa igualdade da massa é que torna-se o problema, iguais naquilo de mais ordinário e baixo que pode ser o homem, tolhido de seus instintos, suas vontades e encarcerado em verdades, convicções, morais que não existem.

Nietzsche explica que o filósofo, “espírito livre”, categoria que considera a mais elevada, o “homem forte”, detentor de uma responsabilidade mais ampla, que tem a consciência do desenvolvimento mais completo do homem, servir-se-á das religiões como um meio de cultura e educação, assim como se serve da política e da economia.

Para os fortes, para os independentes, preparados e predestinados ao domínio, nos quais se personificam o entendimento e a arte da raça dominante, a religião é um dos tantos meios para suprimir obstáculos, para reinar; serve de vínculo para ligar a governantes e súditos. (NIETZSCHE, 2012, p. 73)

O cristianismo e o budismo, com sua maravilhosa arte de ensinar, termina por resumir até as mais ínfimas criaturas humanas nelas mesmas, que acabam por resignarem-se com a sua condição e com o mundo real, em que levam vida tão dura, necessária para prendê-los a si. A religião, dessa forma, acaba por assumir dois papéis distintos e complementares nessa linha de vínculo que cria. O papel de educar para transcender e tornar o ser humano culto, e o papel de educar para minimizar o homem na sua existência e igualá-lo a todos os outros. Esse papel desempenha-se no homem de acordo com sua natureza, se forte ou fraco. O homem forte domina através da religião, a exemplo dos brâmanes, a mais alta casta da sociedade indiana, enquanto o homem fraco é por ela dominado. Nietzsche coloca em *Além do Bem e do Mal*: “finalmente aos homens vulgares, que são o maior número, e que existem unicamente para servir e para ser úteis à comunidade, (...), a religião lhes dá o valioso contentamento com sua

condição e estado” (NIETZSCHE, 2012, p.74). Tal contentamento é o principal fator para que o homem forte exerça o que já lhe é natural: a dominação. A obediência da massa, formada pelo que Nietzsche chama de “homem vulgar”, é essencial para que o homem forte domine-o sem nem que ele perceba. Os indivíduos se veem como sofredores e predestinados a isso, e a religião é o raio de sol que ilumina e embeleza essa vida miserável que a massa leva. O cristianismo e o budismo valorizam essa condição inferior e até coloca os sofredores em um grau superior, tornando suportável a visão de si mesmo para o homem vulgar, “refinando e utilizando suas dores para santificá-los e justificá-los” (Ibid., p. 74).

Não seria então, para Nietzsche, a religião uma excelente arma de dominação, sendo plausível que o cristianismo e o budismo sejam o que são? É justamente esse fato de serem o que são, como fins em si mesmos, que Nietzsche critica e abomina. Ele coloca que as religiões não deveriam ser instrumentos de dominação, mas meios de cultura e educação nas mãos dos filósofos; todavia, terminaram por transformarem-se em soberanas, invertendo todos os valores.

Segundo Nietzsche, o cristianismo transformou toda a massa em “animais de rebanho”; conservou tudo quanto havia de mais doentio e sofredor; amorteceu as grandes esperanças; converteu tudo o que havia de independente, de viril, de conquistador e de dominador no homem em incerteza, em vileza, em destruição de si mesmo. Os instintos mais elevados foram condenados, os sentimentos e as emoções suprimidos. E tudo isso passando a concepção errada e contrária para o “rebanho”, de que tornando-se mais baixo do que já se é, igualando-se à massa débil, enferma, degenerada, seria possível atingir o reino dos céus – o mundo perfeito prometido. A vontade naquela Europa moderna, do séc. XIX, era de “fazer do homem um aborto sublime” (Ibid., p. 76). E para o filósofo, assim tinha se tornado o europeu: uma variedade ridícula do homem, uma “espécie anã”, medíocre. “A presente moral da Europa é uma moral de animais de rebanho.” (Ibid., p. 116).

Não só a religião contribui para a degeneração humana, como também a democracia, a qual significa, ademais, uma degeneração política. Nietzsche vê que tanto a democracia como a religião são complementares nessa tarefa de minimizar o tipo homem a uma condição inferior. Se a religião reprime os instintos e as emoções humanas, a democracia iguala, de forma acentuadamente negativa, os homens em suas atribuições e condições sociais, transformando todos os indivíduos em parte de um mesmo bloco degenerado, medíocre, igual. O ser humano (o ‘forte’) tinha todas as possibilidades, ao nascer, de se tornar grande, mas a moral cristã moderna, europeia, fez com que ele submergisse, se afogasse em meio a tanta pequenez e ordinariedade.

Nietzsche defende ser necessário que a sociedade entenda que existe uma profunda diferença do valor de homem a homem, só assim seria possível ampliar as distâncias dentro da própria alma, superando os valores preestabelecidos e a racionalidade que se tenta impor a todos. O *übermensch*, super-homem, de Nietzsche, atingido por ter transvalorado todos os valores impostos e por estar sempre em processo de superação, não é possível se atrelado aos valores cristãos e democráticos em que se encontrava a Europa. Só uma sociedade aristocrática dá ao homem a possibilidade de elevação de seu tipo a uma condição de vida superior, proporcionada pelo *pathos* da distância que nasce da diferença entre as classes. Também os socialistas e liberais são atacados por Nietzsche sob o argumento de que exercem sobre os homens o mesmo que o cristianismo. As ideias modernas socialistas criaram uma moral que permite ao subalterno, ao operário, a revolta contra seu senhor. Essa revolta, com o advento das democracias, fez com que ocorresse o mais reprovável: o homem fraco dominando o forte, com todo seu moralismo infundado.

A TEORIA CLÁSSICA DAS ELITES

VILFREDO PARETO

É com o economista e sociólogo franco-italiano Vilfredo Pareto (1848-1923) que a Teoria das Elites ganha corpo e se insere de forma definitiva na Ciências Sociais, deixando de ser um campo de considerações e especulações, e criando corpo de teoria. Pareto foi de fundamental importância para a Economia, tendo desenvolvido nessa ciência conceitos-chave como o “Ótimo de Pareto” e a “Lei de Pareto”, ou “Princípio de 80/20”. Esse princípio alude à constatação de que 80% das consequências dos atos humanos advêm de 20% das causas, o que pode ser aplicado na Sociologia para ajudar na compreensão de muitos fenômenos sociais, como por exemplo: 80% do que é desenvolvido na ciência ou nas artes é proveniente de um grupo seleto composto por 20% dos cientistas ou artistas; 80% das vendas de livros de uma livraria geralmente estão circunscritos às obras de 20% dos autores, e assim por diante. A partir dessa inferência, conclui-se que as relações entre causa e efeito são desproporcionalíssimas, e, portanto e paradoxalmente, equilibradas, pois Pareto acreditava que é nessa proporção que a sociedade se ajusta. Com suas explicações muitas vezes matemáticas, vetoriais, Pareto permitiu que se entenda melhor o fenômeno das elites nas sociedades humanas, assim correspondendo aos 20% da população que pertencem a uma classe alta (elite), em relação aos outros 80%, dominados.

Pareto, à semelhança dos precursores Ortega y Gasset e Nietzsche, entende a sociedade humana como heterogênea, constituída por indivíduos diferentes física, moral e intelectualmente entre si, o que o levou a considerar uma divisão social em dois estratos: uma classe eleita (elite) e uma classe inferior. O que assemelha os homens uns aos outros é aquilo que o Renascimento, o Humanismo, tanto lhes atribuiu e que Pareto nega: a racionalidade – ou falta dela, para o economista. Em *Tratado de Sociologia*, Pareto acusa os homens de não serem racionais, mas que apenas raciocinam, o que não lhes transforma em um ser racional por completo. A maioria das ações dos seres humanos são não-lógicas, imbuídas de sentimentos. O homem, entretanto, com ajuda da religião, da moral e até mesmo da filosofia, tenta atribuir justificativas pretensamente lógicas a suas atitudes, sentimentais por natureza. Entretanto, Pareto explica que há momentos em que o homem consegue se desvencilhar minimamente de suas paixões e, não cedendo aos exageros, consegue produzir ciência. Partindo da premissa de que todo conhecimento humano é subjetivo, pois o homem é subjetivo e daí já não consegue ser de todo objetivo – o eterno dilema da ciência –, Pareto coloca que as atividades humanas

desenvolvem-se em torno de dois tipos de ações: as “ações lógicas” (como a Economia), de caráter lógico-experimental, unidas aos seus fins e combinadas com o subjetivo, e as “ações não-lógicas” (Ciências Sociais), sendo estas últimas fundamentadas em estados psíquicos e de espírito, instintos e hábitos, que não apresentam lógica entre aspectos objetivos e subjetivos.

As ações lógicas são, pelo menos na parte principal, o efeito de um raciocínio: as ações não-lógicas têm origem sobretudo em um determinado estado psíquico: sentimentos, subconsciente, etc. Cabe à Psicologia ocupar-se desse estado; no nosso estudo o abandonaremos. (PARETO, 1984, p. 53)

Imaginando *A* como “estado psíquico”, *B* como “atos” e *C* como “sentimentos”, Pareto estabelece as seguintes relações entre as variáveis: os atos *B* estão ligados a um hipotético estado psíquico *A*. “Nos homens, este estado psíquico não se manifesta somente por meio de atos *B*, mas também com expressões *C* de sentimentos, que se desenvolvem até mesmo nas teorias morais, religiosas e similares.” (PARETO, 1984, p.53). Induzidos a crer que *B* seja efeito da causa *C*, os homens tendem a querer transformar as ações lógicas. Estabelece-se assim, de forma incorreta, uma relação direta *CB*, em vez da indireta que surge das duas relações *AB* e *AC*. Pareto explicita os casos possíveis entre as relações:

- 1º) A força da ligação *AB* tem índice superior a 10; em tal caso ela basta para impedir o homem de fazer a ação. A ligação *CB*, se existe, é supérflua.
- 2º) A força da ligação *CB*, se existe, tem índice superior a 10; por isso ela é suficiente para impedir a ação *B*, ainda que a força *AB* seja igual a 0.
- 3º) A força resultante da ligação *AB* tem, por exemplo, índice igual a 4, a da ligação *CB* índice igual a 7, a soma dos índices é 11: a ação não é executada. A força resultante da ligação *AB* tem índice igual a 2, a outra conserva o índice 7, a soma é 9: a ação será executada. (PARETO, 1984, ps. 53 e 54)

Pareto utiliza-se dessa análise matemática para concluir que são falsas as seguintes proposições que ele levanta: “A disposição natural para fazer o bem basta para impedir os homens de fazer o mal.”; “A moral é independente da religião.”; “A moral é uma dependência necessária da religião.”. Estados psíquicos têm forte ligação com a prática de atos e com os sentimentos derivados de ambos, sendo então as ações humanas relativas e imbuídas de subjetividade. Entende-se, portanto, que a maior parte das ações e dos comportamentos humanos são resultados de manifestações dos sentimentos, a que Pareto chama de “resíduos”, e de tentativas de racionalização desses sentimentos, a que se refere como “derivações”. Sendo a Política pertencente ao campo das ações não-lógicas, fez-se necessária essa análise para

compreender a importância que os resíduos têm para a construção da teoria social de Pareto, especialmente no que toca à Teoria das Elites.

Os resíduos correspondem a manifestações de sentimentos pelos indivíduos devido a impulsos primordiais existentes em todas as sociedades. Os resíduos prevalecem uns sobre outros de acordo com o indivíduo e com a sociedade em que vive, sendo classificados por Pareto em seis:

- a. Instinto das combinações;
- b. Persistência dos agregados;
- c. Necessidade de manifestar os sentimentos com atos externos;
- d. Resíduos em relação à sociabilidade;
- e. Integridade do indivíduo e de suas dependências;
- f. Resíduo sexual.

As ações humanas são, assim, frutos da combinação de resíduos, que levam a determinado sentimento, aliados ao estado psíquico em que o indivíduo se encontra.

Vejam as moléculas do sistema social, isto é, os indivíduos, em que existem certos sentimentos manifestados pelos resíduos e que, por brevidade, chamaremos somente de resíduos. Podemos dizer que nos indivíduos existem misturas de resíduos, análogas às misturas de compostos químicos que encontramos na natureza, ao passo que os próprios grupos de resíduos são análogos a tais compostos químicos. (PARETO, 1984, p. 86)

Pareto coloca que a Política – o exercer política – é resultante da combinação de “persistência de agregados”, motivação para preservação do status-quo, e de “instinto de combinações”, que é a motivação para fazer ou desfazer associações, conforme os interesses de quem o faz. Da mesma forma, as sociedades em geral subsistem porque em seus indivíduos se manifestam os sentimentos relativos aos resíduos da sociabilidade. Os resíduos embasam a teoria social de Pareto da divisão da sociedade e da sua inerente não-homogeneidade. Segundo o autor, as sociedades tendem a serem governadas por uma classe dominante, não importando o quão democráticas elas sejam, e responsáveis por isso são resíduos de ordem relativa à sociabilidade, os quais abarcam “sentimentos de hierarquia, sentimentos dos superiores, sentimentos dos inferiores” (Ibid., p. 65). É próprio da classe dominante, do indivíduo de elite, agir de acordo com a combinação de resíduos, o que torna esses atos menos impulsivos e mais lógicos do ponto de vista da associação. Já as classes inferiores não têm em si mesmas o instinto de moderação e são exageradas por natureza, agindo geralmente de acordo com apenas um

resíduo, involuntariamente. A massa, por conseguinte, não combina resíduos; age de acordo com agregações – os resíduos em estado puro, descombinados – persistentes. É dessa conclusão que sai a assertiva de Pareto sobre a heterogeneidade das sociedades, consequência da diferença natural entre os seres humanos, dotados de sentimentos, estados psíquicos e resíduos sobressalentes em cada um de forma desigual.

Pareto explica que não são unicamente dos resíduos que resulta o comportamento humano, mas também de suas derivações – tentativas de racionalização dos impulsos, instintos e sentimentos. O homem tenta revestir de lógica aquilo que já é subjetivo por natureza – suas emoções. A moral e a religião cumprem importante papel nessa missão ao sistematizarem um padrão regrado de conduta que cataloga comportamentos que se deve ter de acordo com os sentimentos que porventura possam aparecer; há justificativas para os atos, punição para o não cumprimento e prescrições de repulsa dos instintos. A tentativa que se faz de racionalização dos sentimentos é o que torna o homem diferente dos outros animais e é disso que se extrai a constatação de que ele é um ser racional, ou pelo menos mais racional que os outros animais. O puro agir de acordo com os instintos e sentimentos aproximaria o homem do animal em sua tomada de decisão. O homem da classe eleita de governo, a elite, tem maiores capacidades de derivar seus resíduos e, portanto, racionalizar o máximo possível suas decisões, ao passo que a massa age por impulso, impulso esse muitas vezes proveniente de resíduo que faz com que ela se interesse pela manutenção de seu estado atual – o que lembra Ortega y Gasset, o qual afirmava que o indivíduo de massa não se move para ascender, permanecendo onde está – sem capacidade de pensar e de agir com vistas ao bem coletivo.

Dividindo a sociedade em dois estratos para a posterior compreensão de como ocorre o equilíbrio social, Pareto anuncia que:

Temos, portanto, dois estratos na população, isto é: 1º) o estrato inferior, a classe não-eleita, de cuja ação que pode ter no governo não indagaremos por ora; 2º) o estrato superior, a classe eleita, que se divide em duas, isto é: a) a classe eleita de governo; b) a classe eleita não de governo. (PARETO, 1984, p. 77)

A elite (classe eleita) é compreendida pelo autor, dessa forma, como “uma classe dos que têm os mais elevados índices no ramo de sua atividade” (Ibid., p. 76). Na classe eleita de governo, Pareto explicita que estão aqueles que não possuem cargos políticos muito baixos, como ministros, senadores, deputados, chefes de gabinete nos ministérios, presidentes de corte de apelação, generais, coroneis, etc., “com as devidas exceções de quem conseguiu enfronhar-

se entre eles sem possuir as qualidades correspondentes à etiqueta que obteve” (Ibid., p. 76). A classe eleita não de governo corresponde àqueles membros pertencentes à elite, mas que não exercem cargos de poder da Administração Pública.

As elites, segundo Pareto, não são estáveis, mas sim circuláveis – e é por isso que elas existem. À movimentação de indivíduos entre as classes eleita e não-eleita, deu-se o nome de circulação das elites. O equilíbrio social ocorre quando a proporção e a intensidade de circulação das elites se dá de forma moderada, pois é importante lembrar que durante a circulação, não só indivíduos estão ocupando novos cargos e outros saindo de seus postos, mas indivíduos com diferentes resíduos. “Por meio da circulação das classes eleitas, a classe eleita de governo encontra-se em estado de contínua e lenta transformação, corre como um rio, e a de hoje é diferente da de ontem.” (Ibid., p. 82). É bastante provável, e comum, que resíduos das classes inferiores permeiem as classes eleitas quando indivíduos ascendem na burocracia a postos que não são seus de fato – por não possuírem “os índices elevados no ramo de sua qualidade”, mas que conseguiram ali chegar por indicação, nomeação, troca de favores. E não é de todo mal que os resíduos das classes inferiores cheguem à posição em que estão os resíduos da classe eleita, mas se isso ocorre de forma excessiva, Pareto explica, tem-se uma perturbação do equilíbrio social. Tanto é maléfico para o status-quo o acúmulo de elementos inferiores nas classes superiores como o acúmulo de elementos superiores nas classes inferiores.

Revoluções acontecem quando se acumulam nos estratos superiores elementos decadentes que não têm mais os resíduos aptos a mantê-los no poder, enquanto aumentam nos estratos inferiores os elementos de qualidade superior que possuem os resíduos aptos ao exercício do governo. A desconcentração dos resíduos promovida pela circulação das elites (é imperativo que se entenda que as classes sociais são estáticas, as elites é que são móveis) permite que o equilíbrio social seja atingido e isso acontece quando as demandas de atividades do governo variam. Cenários particulares que possam vir a se estabelecerem em determinado momento histórico ou social geralmente requerem trocas de indivíduos qualificados ocupantes de cargos, promovendo a circulação das elites e, conseqüentemente, o equilíbrio social. Este equilíbrio é causa, portanto, da proporção entre posições-chave e pessoas competentes (muitas ascenderam sem realmente merecerem, estando apenas com uma “etiqueta” de competência, não o sendo verdadeiramente – essas pessoas serão expulsas do estrato superior cedo ou tarde) para ocupar cargos, e da intensidade do movimento de circulação das elites.

GAETANO MOSCA

Juntamente de Pareto, Gaetano Mosca (1858-1941) é considerado responsável pelo desenvolvimento da Teoria das Elites, tendo também embasado seus escritos de acordo com um pensamento elitista e binário (maiorias e minorias) sobre a sociedade.

Apesar de sugerir que é possível um mundo organizado de tal forma em que todos os homens seriam subordinados a uma única pessoa, sem demais relações de superioridade ou subordinação, ou no qual todos os homens teriam igual participação na direção de assuntos políticos, Mosca indica em *A Classe Dirigente* que só existe uma forma de governo real, a oligarquia, e critica a divisão aristotélica das formas de governo em 3 (monarquia, oligarquia e democracia). Segundo ele, não há monarquia verdadeiramente condizente com a significação exata do termo, pois o monarca não governa sozinho – há um grupo que lhe apoia e aconselha. Democracia, nessa linha, também é um conceito deturpado, pois é impossível que todos os homens governem; o que ocorre é um grupo pretensamente representativo da comunidade social como um todo ocupa os postos de poder, sendo uma forma de governo utópica, assim como o socialismo e o comunismo – essas construções ideológicas servem para legitimar o grupo que está no poder de forma a dar aparência igualitária à sociedade, segundo Mosca. O pensador coloca que tanto a monarquia quanto a democracia são, no fundo, aristocracias disfarçadas, pois sempre existirá uma ou mais pessoas que exercerão influência preponderante. “O que Aristóteles chamava de democracia era simplesmente uma aristocracia com maior participação.” (MOSCA, 1966, p. 53). Com a intenção de refutar a teoria democrática, Mosca aponta que a oligarquia, ou seja, o governo de poucos, é o que se observa em todas as sociedades organizadas em torno de um aparato de poder, de estado. A História política resume-se a um “cemitério de aristocracias”.

Ademais, além dos governos resultarem em diferentes formas de oligarquia, Mosca defende que em todas as sociedades humanas, desde as menos até às mais desenvolvidas, existe uma classe que dirige e outra classe que é dirigida:

Entre os fatos e tendências encontrados de maneira constante em todos os organismos políticos, um é tão óbvio que é visível até ao observador menos atento. Em todas as sociedades – desde as parcaamente desenvolvidas, que mal atingiram os primórdios da civilização, até as mais avançadas e poderosas – aparecem duas classes de pessoas: uma classe que dirige e outra que é dirigida. (MOSCA, 1966, p. 51)

A primeira classe, a classe dirigente, é sempre menos numerosa e exerce todas as funções políticas e o poder, se beneficiando de tudo o que isso lhe proporciona, ao passo que a segunda classe, a classe dirigida, é controlada pela primeira e muitas vezes legitima essa direção, não sendo arbitrária ou violenta na maioria dos casos. Independentemente da legitimidade do governo, o que Mosca explica é que uma minoria de pessoas influentes detém o poder e a direção dos interesses públicos, direção essa à qual, voluntaria ou involuntariamente, a maioria se submete. A minoria é organizada, em oposição à maioria - organizada exatamente pelo fato de ser minoria, pois compreensão mútua e acordos (condições básicas para a socialização harmônica) são mais fáceis de serem conseguidos entre menos gente. E aqui é interessante observar a preocupação de Mosca em relação à quantidade numérica das classes – por isso fala-se em minoria e maioria –, ressaltando-se a dificuldade que existe dentre as maiorias em se organizarem, principalmente de forma horizontal, visto que são fragmentadas e desorganizadas. A classe dirigente formada pela minoria, por sua vez, é organizada e tem como base um grupo coeso, dando-se de forma mais fácil e integrada a tomada de decisões não só tangentes à política, como a assuntos gerais. É, dessa forma, inevitável que a minoria numérica domine a maioria desorganizada. “Com homens agindo uniformemente e em conjunto, com uma mesma compreensão das coisas, triunfarão sobre mil homens que não estão de acordo e que portanto podem ser encarados individualmente.” (Ibid., p. 54). Cada indivíduo existe isolado, sozinho na multidão desconexa, acabando por ser contraposto à minoria como totalidade que, como é coesa, funciona como uma. As sociedades, sob a descrição de Mosca, são, assim, divididas entre minorias e indivíduos atomizados pertencentes à massa, maioria numérica.

Mosca explica que a dominação se dá de diferentes formas, de acordo com o nível de desenvolvimento da sociedade. A classe dirigente de Mosca é formada por membros que são mais qualificados material, intelectual e moralmente, ou que são herdeiros de indivíduos que possuíram tais atributos, o que lhes proporcionam a capacidade de exercer domínio sobre aqueles que não o são, ou que o são de forma precária. A maioria se submete a esses poucos detentores do poder ora violentamente (em sociedades primitivas), ora legalmente (em sociedades civilizadas). Essa dominação legal é permitida nas sociedades democráticas por meio das eleições – não só permitida, portanto, como é buscada.

Em sociedades primitivas, o valor militar de um grupo ou indivíduo abre caminhos para o acesso à classe dirigente. Observa-se na cronologia dos estados menos desenvolvidos, agrários, que a classe militar foi gradualmente se tornando a classe dirigente, enquanto as outras camadas da população ocupavam-se das questões rurais. Mosca é taxativo ao dizer que a terra

é a principal fonte de produção e riqueza nos países que não estão avançados na civilização e que essa condição favorece largamente o surgimento e a manutenção da classe rural, desprovida de qualidades intelectuais e de organização que a permitam governar. À essa classe se sobrepõe, como é constatado pela História, o grupo militar, guerreiro, geralmente formado pelas pessoas mais ricas, que com a terra não tinham de se preocupar, e que acabam por dirigir a maioria. É exemplo disso a Grécia Antiga, em que durante a guerra contra os medos, tinham seus cidadãos pertencentes às classes altas formando a guarda especial, os menos ricos combatendo como lanceiros, e os escravos, isto é, as massas trabalhadoras, por analogia aos dias de hoje, barrados do serviço militar. Durante a Idade Média observaram-se fatos semelhantes, com a Igreja Católica, enquanto minoria, exercendo papel bastante contundente na política ao lado dos que detinham a força militar. No Egito Antigo e na Índia brâmane também se viram (e vê, no caso indiano) sociedades cujas crenças religiosas são tão fortes e arraigadas que delas o poder não consegue se desvincular. É fato preocupante a classe dirigente tão mesclada à religiosa, pois hierarquias clericais frequentemente tendem a monopolizar a educação e a perpetuar tamanhas ideologias que tolhem o indivíduo ao máximo por um longo período de tempo. À parte das classes dominantes de cunho religioso, nos estados burocráticos modernos, entretanto, vê-se que a riqueza, e não o valor militar, torna-se a característica primeira da classe dominante; o poder agora é exercido pelos mais ricos, não pelos mais fortes e corajosos. A Revolução Industrial acentuou sobremaneira esse aspecto, quando os meios de produção, a detenção de *know-how*, de energia, de combustível, de produtos significou poder político de aparência legítima – a riqueza e o poder deixaram de ser divinos como muitas monarquias acreditavam, e faziam a massa acreditar, e passou a ser mérito. Não que antes a riqueza não significasse poder, mas o século XIX trouxe isso como traço de desenvolvimento da sociedade. A condição para que essa transformação ocorra, escreve Mosca, “é que a organização social se tenha concentrado e se tornado de tal modo perfeita que a proteção oferecida pela autoridade pública seja consideravelmente mais eficaz que a proteção oferecida por forças particulares” (Ibid., p. 58). Uma vez completa essa transformação, a riqueza passa a produzir poder político, oposto ao que acontecia antes – o poder político produzindo riqueza.

Quando a luta de punhos fechados é proibida, enquanto a luta com libras e xelins é sancionada, os melhores lugares são inevitavelmente conquistados por aqueles que estão melhor supridos de libras e xelins. (MOSCA, 1966, p. 58)

Nas sociedades avançadas, geralmente reconhece-se (muitas vezes erroneamente) na minoria economicamente mais abastada, além da riqueza, a característica de qualificação ao governo e a legitimação da classe se dá simplesmente pela aceitação do fato pela maioria. Mosca ressalta que há, em sociedades de muito alto nível de civilização, princípios morais de caráter que sobrepõem toda a pretensão de riqueza conferida à classe dirigente, mas esse ramo da teoria tem baixa aplicabilidade na vida real. A riqueza continua, em todos os Estados do mundo, sendo o meio mais fácil de se exercer influência social e política, por meio de publicidade pessoal, boa educação, treinamento especializado, alto posto na Igreja, na administração pública e no exército, por exemplo. Os ricos sempre têm mais acesso a esses lugares na sociedade do que os pobres. É aqui que Pareto encontra o problema das “etiquetas” sociais – muitos indivíduos ocupam postos e cargos que não seriam seus por mérito, mas lá estão devido à riqueza, ou a indicação, ou a filiação... E assim Pareto encontrava homens cujos resíduos não eram de natureza governante entre a elite. Mosca, apesar de não entrar muito nessa questão, explicita que o caminho dos ricos é bem menos árduo.

A obediência das massas se funda, a longo prazo, no hábito, o que mostra sua característica conservadora – as massas não têm, a princípio, pretensões de modificar o *status-quo* em que estão, quicá o estado de governo. Involuntariamente, a maioria acaba por se subordinar à minoria sem maiores esforços desta, já que suprir as necessidades básicas e fundamentais se faz prioridade quando a situação financeira não é favorável, em contraposição à militância contra o sistema. Ademais, a hereditariedade histórica tem aspecto interessante sobre a obediência: foram poucas as vezes em que a massa se rebelou a ponto de subverter a ordem política e a ocupar o governo – a Revolução Francesa foi o momento histórico mais emblemático dessa situação, mas que acabou por ter ser sucesso terminado anos depois quando a burguesia retomou o poder. Como observa Mosca, mesmo que a massa chegue ao poder, ou nele não se manterá, ou eventualmente dela nascerá outra vez uma minoria que haverá de dirigir.

A classe dirigente, todavia, não manda e nem desmanda a seu bel prazer; em qualquer sociedade, “as pressões procedentes do descontentamento das massas governadas ou das paixões pelas quais são dominadas” (Ibid., p.52) influenciam a forma de fazer política da classe política. Classe política essa encabeçada pela “testa do Estado”, (o presidente ou monarca) que governa com auxílio de uma numerosa classe que faz suas ordens serem executadas – sem o apoio desse grupo, torna-se inviável para o chefe de Estado a governabilidade. Contudo, se o descontentamento das massas fosse voraz o suficiente para destituir do poder a minoria que dirige, mais cedo ou mais tarde um pequeno grupo, mais organizado, determinado e esclarecido, emergiria do seio da multidão e acabaria por deter os

cargos políticos, pois por alguém deveriam ser executadas as funções públicas. Segue-se da análise de Mosca que quanto maior a comunidade política, menor será a proporção da minoria governante em relação à maioria governada, sendo também mais difícil para a maioria que se organize contra a classe política.

Toda classe governante, segundo Mosca, tende a justificar seu exercício de poder com base em algum princípio moral universal, mascarando os fatos que realmente a levam a ocupar seus postos, como a já mencionada riqueza. Essa é a herança que as aristocracias hereditárias deixaram – “os filhos de homens da mais alta intelectualidade têm muitas vezes talentos medíocres” (Ibid., p. 63). E de fato, se a superioridade social, transmitida do pai para o filho, permite maior acesso, a superioridade intelectual não é, definitivamente, hereditária. É justamente por isso que essas aristocracias nunca defenderam seu domínio sobre as massas com base em princípios de superioridade intelectual; ao invés disso, buscaram inculcar na sociedade ideias de origem metafísica ou sobrenatural, muitas vezes invocando que o poder a elas foi concedido por ordem divina e que não cabia aos homens questioná-la. Disso conclui-se que o fator de hereditariedade não determina exclusivamente a formação das classes dirigentes, pois, mais cedo ou mais tarde, aqueles que não têm as competências e as qualidades necessárias para o exercício da política acabarão por serem substituídos por outros indivíduos que as tenham. Mosca coloca que a teoria evolucionária, a qual reza que as qualidades peculiares de uma raça são transmitidas às gerações subsequentes, tornando-se mais acentuadas cada vez mais, peca bastante nesse aspecto quando posta à verificação na realidade – é mais uma vez a teoria fazendo sentido, mas não se verificando no mundo tangível.

Se a classe dirigente realmente pertencesse a uma raça diferente, ou se as qualidades que a habilitam ao domínio fossem transmitidas primordialmente por hereditariedade orgânica, é difícil ver como, uma vez formada, a classe poderia declinar ou perder o poder. (MOSCA, 1966, p. 66)

É importante perceber que Mosca exclui o fator de hereditariedade de qualidades e habilidades de governança, ou sejam elas quais forem, do processo de formação das classes dirigentes. Ele argumenta que as minorias realmente são formadas por indivíduos em que qualidades superiores, como a intelectual, a econômica, a militar e a religiosa se destacam, e que nelas são encontrados recursos de poder valorizados. Entretanto, a filiação de um homem qualificado não necessariamente possui essas características essenciais à minoria.

Apesar de qualificadas, porventura pode vir a se sentir a necessidade de mudanças no equilíbrio das forças políticas – eventualmente, capacidades diferentes das antigas podem se

fazer necessárias para a adequada administração do Estado. Dessa forma, na medida em que novas capacidades são requeridas, indivíduos qualificados dentro de outros campos têm acesso à classe dirigente (indivíduos esses que não vieram da massa, mas que já são minoria, pois se são qualificados a esse ponto, deduz-se, segundo Mosca, que não são pertencentes à maioria). É bastante comum que essa “alternância” de homens capacitados na classe dirigente ocorra quando uma nova fonte de riqueza se desenvolve em uma sociedade, tornando mais rico aquele cujo bens são de maior valor prático, social ou mesmo ideológico; quando a importância do saber prático aumenta, cedendo lugar para aqueles que detêm a ciência; quando uma antiga religião declina, abrindo espaço para novas ideologias; quando uma nova corrente de ideia se propaga. A partir dessas mudanças, deslocamentos de longo alcance ocorrem na classe dirigente. Mosca coloca que a história da humanidade resume-se no conflito entre a tendência de elementos dominantes a monopolizar o poder político e tentar transmitir sua posse por herança, e a tendência para o deslocamento de velhas forças e para uma sublevação de novas. A esse fenômeno, o autor dá o nome de ‘endosse’ e ‘exosse’ entre as classes altas e certas posições das mais baixas. O que se verifica nas sociedades, portanto, é essa variação elástica entre dois polos: ora prevalece a tendência que produz classes dirigentes fechadas, estacionárias, cristalizadas, ora a tendência que resulta numa renovação da classe dirigente, quando esta já não atende mais aos objetivos sociais que as levam a ocupar suas posições, quando não podem mais prestar à população os serviços que deveriam, ou quando seus talentos e qualidades já não são mais de relevante importância no ambiente social em que vivem.

Mosca não exclui a possibilidade de indivíduos que fazem parte da maioria ascenderem à posição de minoria em um período revolucionário. São conhecidos bastantes casos de homens que começaram do nada e atingiram posições proeminentes na sociedade. Isso permite um “rejuvenescimento molecular” da classe dirigente, agora imbuída de novos desejos, energias e ambições, assim como novas qualidades e talentos, que, como visto, podem ser necessários em períodos de instabilidade política. Longos períodos de estabilidade social tornam a minoria mais cristalizadas e os estratos sociais mais encerrados em si mesmos – a força conservadora do hábito impera nesses momentos. Mosca questiona se o livre-arbítrio realmente é característica sempre viva nos indivíduos, pois o momento social, se revolucionário ou de estabilidade, exerce tamanha influência sobre os cidadãos que a tendência é que eles permaneçam onde estão, por mais que tenham desejos de moverem-se. Segundo essa perspectiva, a felicidade, para Mosca, talvez consistiria em estar fadado a continuar no estrato social em que se nasceu, pois assim não se almejaria a ascensão, ou o declínio, na posição

social, e seria mais feliz aquele que apenas vive, sem preocupar-se com aspirações e expectativas.

A sociedade moderna burocrática, entretanto, tem como característica de seu cotidiano uma incessante busca por aquisição de experiência, o que pode levar um dirigido a se tornar qualificado a ponto de dirigir, mudando sua posição estrutural. Para Mosca, as elites, assim, são realmente compostas por uma minoria qualificada, detentora de saberes, talentos e experiências ímpares para o exercício do governo; todavia, essas características não são essencialmente inerentes a apenas alguns indivíduos, nunca outros podendo se tornarem elite, não – homens pertencentes à maioria têm, sim, a possibilidade de mudarem de estrato social e fazerem parte da minoria que antes os dominava.

O conceito de elite em Mosca é dado pela estrutura, pelo contingente numérico dos grupos: a elite é uma construção social que ocorre em toda e qualquer sociedade humana, desde a mais primitiva à mais desenvolvida, devido às características que um grupo pequeno e qualificado têm e que o faz a dirigir a maioria desorganizada, mas não é característica de berço de um indivíduo. As minorias, a classe dirigente ou política, isto é, as elites, são formadas por homens que têm por que nelas estarem; não são os homens que nascem elite e por isso já o são, tornando todos os demais, por conseguinte, não-elite deterministicamente.

Inevitavelmente, minorias numéricas dirigem maiorias numéricas, pois as minorias são organizadas e seus membros são superiores e mais qualificados material, intelectual e moralmente. Assim, as maiorias acabam por se submeter, de forma voluntária ou não, à direção de uma minoria, muitas vezes por força do hábito. Essa resignação a uma posição inferior, aliada à impotência do indivíduo sozinho em meio à massa, é o que permite que a minoria domine a maioria.

ROBERT MICHELS

Assim como Pareto e Mosca, Robert Michels (1876-1936) consolidou-se como grande expoente da teoria clássica das elites. À semelhança dos primeiros, entende a ciência como investigadora não de dimensões morais, mas de fatos; a ela não interessa se algo é bom ou mal à sociedade, mas sim como as coisas são ou não são. E o que Michels constata na realidade e aborda em *Sociologia dos Partidos Políticos* é que não se concebe democracia sem organização; e organizações, por sua vez, são oligarquizações por natureza, o que imprime caráter elitista às sociedades democráticas.

Michels exemplifica importantes organizações do mundo moderno como aquelas em torno das causas operárias. Imbuídos de sentimentos de solidariedade e de cooperação em torno de objetivos idênticos, operários resolvem unir-se em prol de suas metas comuns, pois assim se tornam minimamente organizados e com maiores chances de atingirem seus ideais, já que, isolados, encontram-se submetidos sem defesa à exploração dos que são economicamente mais fortes. “Apenas aglomerando-se e dando à sua aglomeração uma estrutura é que os proletários adquirem a capacidade de resistência política...” (MICHELS, 1982, p. 15). As organizações são, paradoxalmente, o meio pelo qual os grupos podem se sustentar e o mesmo meio em que se dividem e se oligarquizam invariavelmente.

As massas, contudo, são impossibilitadas técnica e mecanicamente do ponto de vista de Michels em razão mesmo de seus grandes números. Gigantescas reuniões populares acabam por aprovar ou não determinado conteúdo por aclamação ou repúdio; é impossível escutar particularmente cada indivíduo imerso na multidão, e sempre haverá, no meio desta, quem discorde do que está sendo aclamado, se assim for o caso. O que se aclamaria, também, nunca seria resultado de um consenso entre as massas, mas de interseções de opiniões que acabam sendo moldadas umas pelas outras, resultando em posições que essencialmente não são fruto de acordo entre todos. Levados pelo grupo, os indivíduos têm sua personalidade e seu senso de responsabilidade anulados. Essa falácia relativa à voz de todos ser, na verdade, a voz de ninguém, já leva à impossibilidade de governo direto pelas massas. O fato da massa como um todo ser numericamente imensa torna inviável que ela se reúna não necessariamente uma, mas até mesmo dividida em assembleias deliberantes de milhares de pessoas. O exemplo que Michels coloca é que 10 mil pessoas não conseguem se reunir no mesmo local, espaço e tempo para deliberar sobre algum assunto, e que essas mesmas 10 mil nunca conseguirão se fazerem ouvidas umas às outras, e nem da assembleia conseguirá fazer sua voz alcançar uniformemente todas elas, por melhores que sejam os aparelhos tecnológicos. Além disso, as reuniões das

massas teriam de acontecer de forma frequente, pois assim impõe a exigência da vida política e partidária. Devido à sua desorganização e à força do hábito que as massas têm de se deixarem levar, decorre a máxima de Michels: “É mais fácil dominar a massa que um pequeno auditório.” (Ibid, p. 17). A adesão da massa é tumultuada, sumária, incondicional, ao passo que em um auditório, os indivíduos podem tranquilamente discutir entre si e tomar decisões.

Impõe-se, então, a necessidade de delegados em meio à massa capazes de representá-las e de garantir a realização de suas vontades. Mesmo nas democracias, é eleito um grupo que representa a maioria e que toma decisões por elas. É desse caráter oligárquico das organizações que Michels trata. E quanto maior o aparelho estatal, maior torna-se a complexidade das organizações dele pertencentes, sendo proporcional a perda de terreno de governo direto das massas para ser suplantado pelo crescente poder dos partidos e das organizações, já faccionados em seus interiores. Tamanha dimensão vão ganhando os partidos no mundo moderno, que seus membros são obrigados a delegar as decisões a um pequeno grupo, uma elite que se forma dentro do partido, geralmente formado pelo chefe e por aqueles de confiança que estão à sua volta. As massas veem-se, assim, submetidas a contentarem-se com mínimas prestações de contas por parte desses dirigentes ou a recorrerem a comissões de controle que fiscalizem esse grupo minoritário por elas. Isso ocorre tanto em democracias quanto em socialismos, em que a pretensão é de máxima participação popular. O que se vê, em realidade, é que o funil participativo se estreita cada vez quanto maior for o número da sociedade e à medida que os partidos evoluem mais e mais para organizações sólidas e burocráticas. E o sistema representativo, também condenado desde o princípio, acaba por não representar a maioria. “Representar significa fazer aceitar, como sendo vontade da massa, o que não passa de vontade individual. (...) uma representação permanente equivaleria sempre a uma hegemonia dos representantes sobre os representados.” (Ibid., p. 25).

Outra característica das massas que faz com que elas sejam governadas por uma minoria: entre os cidadãos que gozam de direitos políticos, o número dos que realmente se interessam pelos assuntos concernentes ao governo e à vida pública e social é irrisório. Vale igualmente ressaltar que, dentro da massa, divide-se a “massa do campo” e a “massa urbana”, sendo esta última a que se faz minimamente representada por comitês e partidos, estando a massa do campo completamente alheia à política, exercendo seus direitos apenas no pagamento de cobranças e nas eleições que acontecem periodicamente. São essas massas, assim, terceiras na hierarquia da estratificação social decorrente dessa análise de Michels – elite, massa urbana e massa rural. Não é importante que se faça constantemente, contudo, diferenciação entre essas duas massas, já que o objetivo de seu estudo não é identificar as diferentes massas existentes

dentro da aglomeração da multidão, mas verificar que a massa precisa ser, e o é, comandada por um pequeno grupo. Os homens da multidão têm sua mente ocupada exclusivamente pelos interesses de bem individual, raramente estabelecendo as relações que existem entre este e o bem coletivo. Igual fato se se dá no interior dos partidos democráticos: poucos são os partidários que de fato estão interessados a deliberar e tomar decisões concretas em relação aos assuntos políticos. Assim, surge dentro dos partidos um pequeno grupo que se interessa verdadeiramente pela política e que se torna a direção da organização.

Apesar de queixar-se, às vezes, a maioria, no fundo, está encantada por ter encontrado indivíduos dispostos a cuidar dos seus assuntos. A necessidade de serem dirigidas e guiadas é muito forte entre as massas, mesmo entre as massas organizadas do partido operário. E essa necessidade vem acompanhada de um verdadeiro culto aos chefes que são considerados como heróis. (MICHELS, 1982, p. 35)

Michels coloca que o trabalho desses grupos de comando, desses chefes de partido ou de governo, não é nada recompensador, por outro lado: o trabalho de quem se devota à vida pública é maçante, fatigante, desafiador e prejudicial à saúde, além de possuir elevado grau de complexidade. O chefe “tem de pagar constantemente com sua pessoa” (Ibid., p. 37). Devido a essas dificuldades do trabalho da vida política e à falta de motivação e de interesse por parte das massas em participar da vida pública, Michels diz que elas são eternamente gratas politicamente às personalidades que fizeram sua reputação de defensores e conselheiros do povo. A renovação de mandatos em decorrência de reeleição demonstra a gratidão das massas a seus chefes por seus serviços prestados. Entretanto, a apatia das massas às deliberações políticas junto à necessidade de serem guiadas e à sua incompetência para tratar das questões de governo leva os chefes a uma sede ilimitada de poder, tornando as sociedades democráticas cada vez mais oligárquicas.

A imaturidade objetiva das massas não é somente um fenômeno transitório que desaparecerá com o progresso da democratização, após o socialismo. Ela é, ao contrário, da própria natureza da massa, que, mesmo organizada, está afligida por uma incompetência incurável de resolver todos os vários problemas que apresentam, e isso porque a massa é em si amorfa e precisa de divisão do trabalho, de especialização e de direção. ‘A espécie humana quer ser governada, ela o será. Eu me envergonho da minha espécie’, escreve Proudhon da sua prisão em 1830. O homem individual está pela própria natureza consagrado a ser guiado, e quanto mais as funções da vida se dividem e se subdividem mais ele o será. E isso é ainda mais verdadeiro no grupo social. (MICHELS, 1982, p. 240)

A partir do estudo da forma e da composição dos partidos políticos, Michels desenvolve a “lei de bronze das oligarquias”, por meio da qual afirma que toda organização leva a uma oligarquia indubitavelmente. O autor ampara-se em Mosca para melhor embasar seu pensamento e adota a assertiva de que as minorias são organizadas e acabam concentrando o poder, que é completamente disperso, ou até inexistente, na maioria. Com isso, Michels declara que a “doença oligárquica” dos partidos democráticos é incurável – as democracias trazem soluções autoritárias e, assim que ganham o poder, terminam por se transformarem naquelas velhas aristocracias que um dia atacaram, gerando um triste ciclo vicioso sem fim. Mesmo que a importância das massas possa porventura vir a aumentar em algum momento histórico, a democracia tem limites e não se ampliará além deles. Os partidos são, finalmente, pequenos Estados pertencentes ao Estado maior, à instituição que concentra o poder coercitivo.

O grande problema nos partidos surge quando os representantes, chefes, passam a agir de acordo com sua própria consciência e vontade, a despeito do interesse coletivo. É nesse momento que deixam de representar e de agir em prol do povo e se tornam dele “patrões”. Agir em nome das massas não deveria deixar de ser o motivo pelo qual esses poucos homens estão ocupando seus postos, porém os partidos estão fadados, à medida em que crescem e se tornam mais complexos, a se tornarem, erroneamente, um fim em si mesmos, quando deveria ser meio constitutivo pelo qual se busca o fim real – o bem comum, a vontade das massas por eles representadas.

O caráter personalístico que é conferido à política agrava a subversão de valores que ocorre nos partidos – “os membros do partido trocam a fidelidade à causa pela fidelidade aos líderes” (HOLLANDA, 2011, p. 35), como observa a cientista política Cristina Buarque de Hollanda. Além disso, a tendência é que os partidos, com seus líderes, se perpetuem no poder devido à força de tradição e de conservadorismo que é traço das organizações, sem mencionar o desejo de dominação e de poder que é inerente ao homem, o que traz más consequências tanto para a política quanto para o bem das massas, já que uma vez poderosos, os homens tendem a buscar vantagens pessoais no que é, em verdade, público. Assim, Michels interpreta que os partidos estão fadados a se tornarem oligarquias são só por serem organizações, mas também por serem formados por indivíduos, que, na condição de humanos, estão sempre buscando pela dominação, pelo poder.

É tão ingrata a característica oligárquica das associações de ordem que Michels atribui a culpa do aburguesamento dos partidos políticos aos operários. Segundo o autor, quando o proletariado não tem sentimento de solidariedade com os que estão abaixo de sua classe social, pois até para que eles se entendessem como classe injustiçada socialmente,

passou-se um longo tempo. À medida que ascendem economicamente, minimamente que seja, o operário passa a não se preocupar com sua classe, mas sim com a própria trajetória de vida, o que o leva a querer ascender mais e mais – a sede pelo poder de que fala em sua obra. Dessa forma, o proletariado forma elites desertoras dentro de si mesmo que, quando reunidas nos partidos socialistas, tendem a defender aspirações burguesas, já que é a classe a que pretendem permanecer – e da qual muitas vezes já se entendem membros.

Descrente da democracia e do socialismo, Michels terminou por apoiar o fascismo italiano de Mussolini, buscando no nacionalismo a esperança de conseguir aliar governo com soberania popular. Entendeu que o fascismo era a única forma de conseguir aproximar a elite da massa, fazendo com que esta se tornasse mais participativa ou, ao menos, mais incluída nas decisões governamentais. Foi em Mussolini que Michels viu o dirigente ainda capaz de imprimir um ideal democrático à sociedade italiana. É importante que não se desatrelasse seu pensamento elitista a partir desse fato real. Michels, se passou a buscar alguma forma de democracia para fazer justiça à massa, foi através de uma forma de governo que concentrasse em uma elite autoritária o poder capaz de “...instituir um governo eficiente e superar a debilidade e a corrupção do sistema parlamentar. A fórmula fascista combinaria eficiência de governo e integração das massas à vida pública.” (Ibid., p. 37).

CONCLUSÃO

Nietzsche e Ortega y Gasset experimentaram o desenvolvimento do estado moderno na Europa no fim do séc. XIX e início do séc. XX. Ambos viam-se aterrorizados com o rumo que a política tomava. Nietzsche morreu antes da I Guerra Mundial, apesar de ter previsto bastante da desordem que estava por vir; Ortega y Gasset, entretanto, vivenciou todo o horror que se descortinou entre os estados-nação no período de 1914 a 1918 e o caos que o sucedeu. Ortega y Gasset também viu seu país natal, a Espanha, assolado pela Guerra Civil Espanhola, anos antes da II Guerra Mundial, e por todas suas horríveis consequências. É indubitável que o contexto social-político de ambos os filósofos influenciou diretamente suas obras. Os dois pensadores viam a ascensão do estado moderno europeu como consequência da cada vez mais crescente participação política das massas.

Para Ortega y Gasset, as massas eram um fenômeno visível, numérico, já que estavam por toda parte, ocupando os lugares que não eram seus, inclusive o campo político. A elite tinha acesso a espaços e bens na forma de privilégio sobre os demais, pois uma vez que é formada por homens seletos, detém a cultura, o conhecimento e a qualificação característicos dos lugares que lhe é, assim, de direito. A massa não tem a menor bagagem necessária às posições do homem seletos. Todavia, eram os indivíduos de massa agrupados que estavam lotando os *loci* que não lhes são de respeito; a massa havia passado a governar, a dominar a minoria, passando por cima de tudo que é superior e admirável. Ortega y Gasset via a Europa transformando-se gradativamente em um império das massas, medíocre e abominável.

Nietzsche, por sua vez, compreendeu que a Europa passava por um momento terrível de inversão de valores: a moral cristã, subjugadora e condenadora, tentava arrancar do homem todos seus sentimentos e instintos que porventura o dariam a possibilidade de transformar-se em ser humano mais digno. Os ideais racionais estavam afastando o homem da realidade, do instante, que para ele era a única verdade. O “homem fraco” estava dominando o “homem forte”, reduzindo tudo à mesmice e a ordinariedade que são inerentes ao povo. A democracia, em sua tentativa de igualar os homens em direitos e obrigações, com ajuda das religiões, terminou por transformar os seres humanos em um tipo mais baixo do que ele poderia ser. Nietzsche explica que a sociedade sempre foi aristocrática e, se o deixasse de ser, não seria mais também sociedade. A “hiperdemocracia” a que o autor se refere significa esse exagero de poder que foi permitido ao povo, tornando tanto o homem como a política em degenerações de suas espécies.

Contrariamente a Nietzsche, Ortega y Gasset ainda conseguia atribuir certo valor à ascensão das massas aos postos políticos, tendo consciência de que a democracia não só igualava o homem em sua mediocridade, como também possibilitava que ele se sentisse igual socialmente aos outros. A História mostra os tantos anos de escravidão e acentuada desigualdade social por que passaram os seres humanos, e o mundo moderno, pelo menos, conseguiu reduzir essas diferenças que condenavam uns a subalternos dos outros. Porque o ponto em Ortega y Gasset é que sim, os homens são diferentes entre si e existem duas classes de indivíduos – aqueles que são de massa e aqueles outros que são seletos –, mas não há apologia à subjugação. Nietzsche, todavia, entende que a humanidade está passando por um processo de involução com essa inversão de valores que a Europa apresenta, com a desmistificação das massas e sua aparente vitória sobre os homens cuja moral é nobre.

Nietzsche e Ortega y Gasset são considerados, dessa forma, precursores da Teoria das Elites por apresentarem pensamentos que vão de encontro com os ideais modernos, liberais e socialistas que eram difundidos à época, colocando-se contra a maré democrática que se aproximava e constatando que existem desigualdades naturais entre os homens. Sem propriamente aprofundarem-se em como a classe dominante lidera e mantém-se no poder, ou na incapacidade das massas em fazerem-se ser escutadas ou até mesmo de governar, os filósofos apresentados atêm-se mais às particularidades de cada indivíduo como ser humano – uns sendo detentores de espírito ou sentimentos mais propícios à dominação, outros sendo mais afeitos à passividade; homens ‘fracos’ ou ‘fortes’ de acordo com a concepção nietzschiana; ‘seletos’ ou ‘de massa’ segundo Ortega y Gasset. Suas contribuições são de importantíssimo valor teórico para a fundamentação do que vêm a ser as elites e as massas no mundo moderno, tendo muito provavelmente sempre existido, porém não nestes termos.

É impossível, e desnecessário, destrinchar o que há por trás de cada filosofia que a torne falsa, ou verdadeira, pois isto estaria sendo feito de acordo com moral e ética próprias, e a verdade absoluta não se apreende, e nem existe. É incontestável, entretanto, que os escritos de Nietzsche e Ortega y Gasset, assim como de qualquer outro teórico, são fundamentais para a construção do saber acadêmico, e os filósofos em questão, especialmente, abriram substancialmente o campo de estudo que se tornaria posteriormente a Teoria das Elites.

Partindo do ponto de vista do caráter não-homogêneo das sociedades humanas, Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels desenvolveram, no início do séc. XX, a Teoria das Elites, em um contexto de mudanças sociais na Europa que assistia cada vez mais à massificação da política e ao declínio das antigas aristocracias e impérios. Polêmica e revestida de caráter anti-democrático, a Teoria das Elites é muitas vezes mal interpretada nos meios

acadêmicos – o atrelamento de viés econômico, como única característica, ao conceito de elite é o fator que mais contribui para a relutância que se tem em aceitar as ideias dos pensadores elitistas como minimamente racionais em tempos de ampla difusão do pensamento democrático. Ora, o que encontra nos trabalhos dos elitistas é muito mais um estudo sobre a real divisão das sociedades em dominantes e dominados do que uma defesa de propósito desse tipo. A Teoria das Elites constitui-se, em grande medida, também em teoria de Estado: o poder de elites econômicas, culturais, intelectuais e de redes políticas governamentais independem de eleições democráticas.

Mosca acusa que em toda e qualquer sociedade humana, sempre haverá uma classe dirigente e uma classe dirigida, e é justo a pergunta do porquê de isso ocorrer é que encaminha sua obra. A resposta por ele encontrada reside na constatação de que as minorias numéricas são mais organizadas e coesas e, por isso, têm maiores possibilidades tanto de debate entre os membros quanto de consenso entre os mesmos, já que a deliberação torna-se muito mais fácil entre poucas pessoas do que entre muitas. A maioria numérica, por sua vez, é extremamente fragmentada e desorganizada, sendo impossível que se chegue ao consenso entre todos os membros quando nem o debate entre a totalidade é possível. Essa percepção da realidade numérica da sociedade leva Mosca ao ceticismo em relação à democracia: para o autor, o termo já é falacioso por si só, pois um governo de todos é impossível. Todas as formas de governo são, no fundo, diferentes formas de oligarquia que, para Mosca, é, em verdade, o único governo a que as sociedades estão submetidas.

Pareto tenta explicar a formação das elites partindo das características heterogêneas entre os indivíduos, devido aos resíduos que carregam e às derivações deles resultantes. A classe eleita (elite) de Pareto é formada por homens que possuem em sua personalidade resíduos propensos à sociabilidade e ao governo, ao passo que a classe inferior (massa) ou não tem esses resíduos ou não os tem atuando de forma conjunta e com vistas à política. A elite, aqui, assemelha-se à de Mosca no que tange às qualidades dos indivíduos; Pareto acredita que esses homens são superiores física, moral e intelectualmente à maioria, e Mosca crê que na classe dirigente, as qualidades superiores dos indivíduos se destacam – a massa não se preocupa em destacar-se de alguma forma, ela simplesmente obedece à minoria por força do hábito. Sem perder Pareto de vista, é a seguinte pergunta que norteia seu estudo: como ocorre o equilíbrio social a partir de seres humanos tão heterogêneos entre si? E o que ele responde é que isso se dá por meio da circulação das elites. Segundo essa premissa, as classes eleitas não são estáticas e imutáveis, mas estão em constante circulação de membros. A classe eleita de governo absorve e expulsa seus membros de acordo com as necessidades de momento – as elites culturais,

intelectuais, militares vão cedendo seus homens à política à medida que isso se faz necessário, promovendo a circulação entre elas e, por conseguinte, o equilíbrio social. Também do meio social são extraídos pela elite aqueles que têm vocação para tal, assim como a expulsão ocorre daqueles que não respondem à altura da classe dirigente.

À semelhança de Mosca, seu grande “mestre”, como a ele já se referiu, Michels atesta o caráter oligárquico das sociedades advindo das organizações que lhes são caras. Estudando os partidos políticos democráticos e socialistas do mundo moderno, o inglês observa que estes são máquinas burocráticas hierarquizadas, oligárquicas, que funcionam dentro do Estado, como se fossem uma miniatura dele. A pergunta que desejava responder era se a doença oligárquica dos partidos democráticos era incurável, à que respondeu sim. No que se refere aos partidos socialista, Michels chegou à conclusão de que o poder tem natureza conservadora e corruptora capaz de subverter toda a ideologia do socialismo, transformando-o numa oligarquia sem esforços. Desenvolveu a lei de bronze das oligarquias, a qual estabelece que falar de organização já é falar de oligarquia, pois, como visto em Mosca, o grupo pequeno é sempre mais coeso e organizado, propiciando suas ações de domínio sobre aqueles que não o são, isto é, a maioria. Michels observa que as massas são, então, completamente impossibilitadas de governar e que não só precisam dos dirigentes, como a eles são eternamente gratas por tratarem das questões públicas que são de interesse geral, mas que delas nunca se ocupariam – caráter apático das massas.

Em detrimento das diferenças ideológicas e dos caminhos pelos quais esses teóricos da Teoria das Elites percorreram, o que se verifica em todos é a intencionalidade de constatar a ocorrência das elites nas sociedades humanas, mesmo que em sociedades ditas democráticas.

O conceito de elite varia de forma de autor para autor. No entanto, verifica-se que as construções teóricas em torno do tema têm uma ideia comum: elites são grupos minoritários que detêm o poder e que, por isso, dominam aqueles que não o possuem - a maioria, isto é, as massas. Observa-se que é consenso entre os autores da teoria das elites que esses grupos de minorias detentoras do poder, seja ele político, econômico ou social, existem em todas as sociedades humanas, desde as menos desenvolvidas, até as mais modernas e complexas, como observa Gaetano Mosca. É irrefutável que as elites fazem parte das sociedades e que estas estão organizadas sob a ótica das classes dirigentes, que comandam e representam, ao menos em teoria, as massas.

Percebe-se em Nietzsche e em Ortega y Gasset, por meio de suas linhas de pensamento elitista, a sociedade dividida em elite e massa devido à inescapável diferença natural que condena os indivíduos a seus estados sociais. Ortega y Gasset apresenta duas classes

de indivíduos: o indivíduo seletivo, cujas qualidades e talentos fazem dele um homem da elite, e o indivíduo de massa, que não aspira deveres ou crescimento, contentando-se com a situação em que já está inserido. O ser humano de Nietzsche, em contrapartida, mas não muito diferente em essência, é classificado como forte ou fraco, sendo este o indivíduo de massa e aquele o homem pertencente às classes altas.

Ortega y Gasset percebia o mesmo que Nietzsche: as massas estavam cada vez mais sobressalentes, aparecendo onde antes não tinham espaço e ocupando o lugar que é originariamente do indivíduo destacado devido às suas atribuições e qualificações. Esse surgimento das massas que se via na Europa do fim do séc. XIX e início do séc. XX demonstrava que a subjugação estava perdendo lugar para a participação, por menor que fosse o grau em que estava acontecendo. O determinismo social deixara de rogar os rumos pelos quais trilharia a sociedade – o homem desqualificado e dominado por minorias passara a ter voz, mesmo que em uníssono com a multidão.

Interessante é que essa voz do grupo massificado seria explicada por Mosca, o qual afirmava que, mesmo que a massa se fizesse ouvir de tal forma que suplantaria a classe dirigente, tomando o poder, ou ela não conseguiria nele se manter ou, mais cedo ou mais tarde, uma minoria nasceria de seu seio e dominaria a multidão apática, nos termos de Michels. Este coloca que a massa é desorganizada e que, por isso, não consegue deliberar sobre os temas concernentes à vida política, necessitando ser governada por quem tenha competência para fazê-lo. Essas competências, ou qualidades, estão presentes na teoria de Pareto acerca dos resíduos – predisposições que os indivíduos têm para agirem da forma que agem. O indivíduo da elite traz consigo inclinações para o governo que são manifestadas por meio de seus talentos e sentimentos. Dessa forma, a multidão numérica seria majoritariamente formada por indivíduos isolados que não possuem os talentos necessários ao exercício da política.

Apesar das diferentes nuances em que a Teoria das Elites se desenvolve a partir de cada um de seus pais criadores, é consenso entre eles que os ideais de soberania popular, sufrágio universal, igualdade política, ampliação da participação popular, dentre tantos outros, são abstrações e utopias de que se serve o discurso da democracia liberal para buscar legitimar-se. No entanto, verifica-se que a realidade é muito mais hostil do que parece e que esses preceitos de igualdade se perdem no tempo e no espaço à medida que se burocratizam os Estados, que representantes detêm cada vez mais e mais os meios de se fazer política, que não se questionam as bases democráticas como realmente legítimas. A Teoria das Elites, por essa lógica, mais constata e questiona do que propõe.

A democracia está despida de si mesma no mundo moderno. Os ideais perdem-se em meio à modernidade e nem massa, nem elite sabem onde agora se pretende chegar. Quais são os reais atributos do ser humano; se os homens possuem, invariavelmente, diferentes características e naturezas; ou qual a melhor forma de governo à qual os Estados devem se encaminhar, à parte as vertentes de pensamento apresentadas neste estudo, conclui-se que, em todas as sociedades humanas, sejam elas primitivas ou complexas, antigas ou modernas, grandes ou pequenas, a ocorrência de um grupo menor, que domina, e de outro maior, que é dominado, é irrefutável.

BIBLIOGRAFIA

- ARISTÓTELES. *A política*. Bauru, SP: Edipro, 2009.
- BESSA, Antonio Marques. *Elites e poder: Estudos*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1997.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Teoria das Elites*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora UnB, 1982.
- MOSCA, Gaetano. “A Classe Dirigente”, em SOUZA, Amaury de (org.) – *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos Ídolos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- ORTEGA Y GASSET, José. *A rebelião das massas*. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1962.
- PARETO, Vilfredo. *Vilfredo Pareto: sociologia*. São Paulo: Ática, 1984.
- PLATÃO. *A República (ou Da Justiça)*. São Paulo: Edipro, 2006.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010.
- WEBER, Max. *Ciência e Política*. São Paulo: Pensamento, 2011.